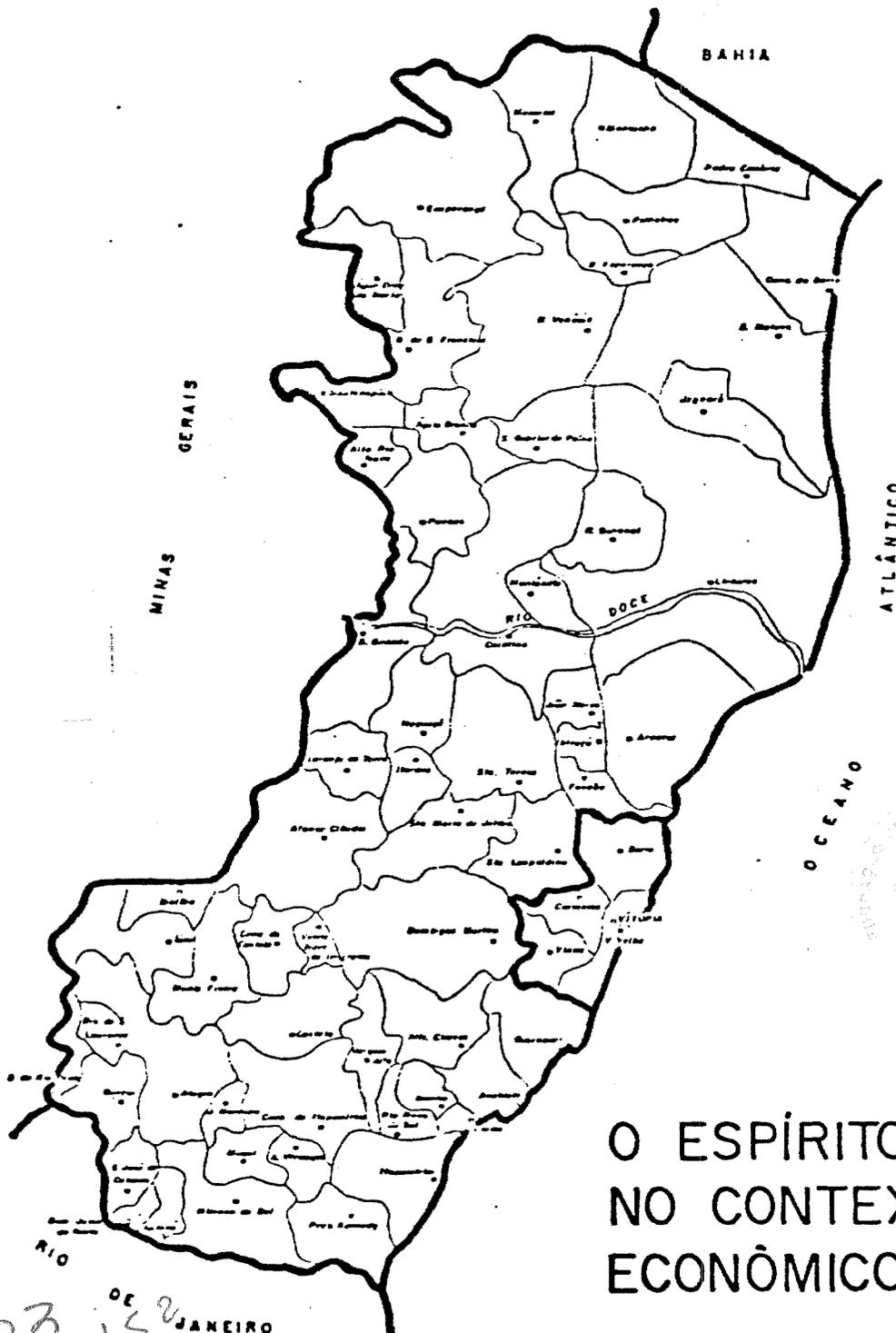


GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

0683
1590
8829/90
DE JANEIRO



APRESENTAÇÃO

Os dados elaborados no presente documento levam em consideração informações não atualizadas, em sua maior parte, para 1989, em função da real inexistência das mesmas. Nesse sentido, o que se possui são algumas projeções elaboradas sobre informações censitárias decorrentes do ano de 1980. De certa forma, esta defasagem pode, também, ser computada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, até o momento, não editou os resultados dos censos econômicos, cujas pesquisas foram realizadas em 1985, para as unidades da Federação.

Mas, se essa é a realidade estatística do Estado, o mesmo não pode ser atribuído à sua realidade econômica, cuja dinâmica, em todos os setores, tem atraído para cá, cada vez mais, um maior número de empresários dispostos a investirem.

As oportunidades são muitas e diversas, quer seja na indústria tradicional como na de ponta, aquela que incorpora alta tecnologia, ou então na agricultura, com novas culturas, em moldes modernos, como macadâmia, seringueiras, pimenta-do-reino, bicho-da-seda e outras. O setor terciário da economia estadual passa por um grau maior de especialização, criando assim novas oportunidades, quer seja ao nível do setor financeiro, ou então nas grandes lojas de departamentos e Shoppings Centers, como também no setor turístico, dado as suas belezas naturais, que o localiza entre montanhas e praias.

Como se não bastassem tais aspectos, o Espírito Santo é dotado de uma excelente estrutura portuária, com seis portos, tendo também duas ferrovias e é cortado por várias rodovias federais, além de sua malha rodoviária própria, que atende a todo o Estado.

Sua localização se torna mais favorecida ainda ao se constatar que, a partir de sua capital e num raio de mil quilômetros, está situada toda uma região responsável pela geração de aproximadamente 80% do PIB nacional. Estando, portanto, muito próximo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Essas considerações, bem como outras de interesse econômico, estão melhor detalhadas nos tópicos a seguir.

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

- Área: 45.597km² - 0,53% do Território Nacional

- Nº de Municípios: 66

- Distâncias Rodoviárias:
 - . Vitória - Rio de Janeiro: 560km
 - . Vitória - São Paulo: 960km
 - . Vitória - Belo Horizonte: 540km
 - . Vitória - Salvador: 1.100km
 - . Vitória - Brasília: 1.290km

- Precipitação Pluviométrica (média anual): 1.250mm

- Relevo: montanhoso
Altitudes: do nível do mar a acima de 2.000m (Serra do Caparaó)

- Área de influência do Complexo Portuário Capixaba
 - . Estado de Goiás e Minas Gerais
 - . Sul do Estado da Bahia
 - . Norte Fluminense

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

POPULAÇÃO (1.000 habitantes)

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	1985	1989*	1990*	1995*	2000*
Espírito Santo	2.287,9	2.476,8	2.523,9	2.757,0	2.983,7
Brasil	135.564,4	147.404,3	150.367,8	165.083,4	179.486,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População

*Dados estimados

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL*

ESPÍRITO SANTO - BRASIL

	ES	BRASIL
- Urbanização da população provável (1989)	70,0 (%)	73,0 (%)
- Densidade Demográfica provável (1989) (Hab/Km ²)	54,32	17,3

* Estimativa IJSN

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

COMPOSIÇÃO DO PIB (%) - 1985
(Preços Correntes)

SETOR	ESPÍRITO SANTO	BRASIL
Agricultura	14,8	13,4
Indústria	36,9	34,6
Serviços	48,3	52,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

SOMEA - Società per la Matematica e L'Economia Aplicate

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB BRASIL E ESPÍRITO SANTO

PERÍODOS	BRASIL	ESPÍRITO SANTO
1971/1975	10,0	12,5
1970/1980	8,7	12,8
1983	-2,5	4,1
1983/1985	7,0	13,0

Fontes: FGV. Centro de Contas Nacionais

SOMEA - Società per la Matematica e L'Economia Applicatte

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA (PERCENTUAIS)

SETORES \ ANOS	1953	1960	1970	1980	1985
Agricultura	50,8	48,8	23,1	16,1	14,8
Indústria	9,3	5,9	17,3	34,8	36,9
Serviços	39,9	45,3	59,6	49,1	48,3

Fontes: SOMEA - Società per la Matematica e L'Economia Applicatte
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA CAPIXABA COMO UM TODO
1984

SETORES	EMPRE SAS	PESSOAL OCUPADO	VALOR DA PRODUÇÃO MIL CRUZ. CORRENT.	VALOR DA PRODUÇÃO %
00) Extração de Minerais	99	2.380	767.334.711	20,00
10) Produtos de Minerais Não- Metálicos	381	7.494	278.919.788	
11) Metalúrgica	278	11.224	1.212.443.738	31,00
12) Mecânica	110	1.351	26.353.923	
13) Material Elétrico e de Comunicações	27	412	31.486.245	
14) Material de Transporte	53	748	5.494.278	
15) Madeira	379	5.930	86.930.329	
16) Mobiliário	421	2.257	30.590.464	
17) Papel e Papelão	10	1.630	317.681.112	
18) Borracha	21	402	15.784.807	
19) Couros e Peles e Produtos Similares	15	67	1.160.798	
20) Química	34	917	116.511.208	
21) Produtos Farmacêuticos e	2	4	22.670	
22) Perfumaria, Sabões e Velas	14	126	7.037.665	
23) Produtos de Matérias Plás- ticas	14	351	9.237.313	
24) Têxtil	8	2.831	84.141.011	
25) Vestuário	310	5.260	73.782.824	
26) Produtos Alimentares	740	13.559	657.957.862	17,00
27) Bebidas	164	2.289	130.745.088	
28) Fumo	0	0	0	
29) Editorial e Gráfica	123	1.048	23.013.879	
30) Diversas	58	306	4.101.540	
TOTAL	3.260	60.586	3.880.731.253	

Fonte: SOMEA - Società per la Matematica e L'Economia Aplicatte
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

ESTRUTURA DO SETOR INDUSTRIAL CAPIXABA - 1970-1984

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO - A PREÇOS CORRENTES POR SETOR PRODUTIVO

SETOR	1970 %	1975 %	1980 %	1984 %*
00) Extração de Minerais	0,09	0,07	0,29	0,20
10) Produtos de Minerais Não-Me- tálicos	0,09	0,10	0,07	0,07
11) Metalurgia	0,09	0,17	0,07	0,31
12) Mecânica	0,01	0,01	0,03	0,01
13) Material Elétrico e de Comu- nicações	0,00	0,00	0,01	0,01
14) Material de Transporte	0,01	0,04	0,02	0,00
15) Madeira	0,19	0,15	0,06	0,02
16) Mobiliário	0,02	0,02	0,01	0,01
17) Papel e Papelão	0,00	0,00	0,08	0,08
18) Borracha	0,00	0,01	0,00	0,00
19) Couros e Peles e Prpductos Similares	0,00	0,00	0,00	0,00
20) Química	0,00	0,00	0,03	0,03
21) Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,00	0,00	0,00	0,00
22) Perfumaria, Sabões e Velas	0,00	0,00	0,00	0,00
23) Produtos de Matérias Plásti- cas	0,00	0,77	0,01	0,00
24) Têxtil	0,03	0,03	0,02	0,02
25) Vestuário	0,02	0,02	0,03	0,02
26) Produtos Alimentares	0,38	0,34	0,24	0,17
27) Bebidas	0,02	0,01	0,02	0,03
28) Fumo	0,00	0,00	0,00	0,00
29) Editorial e Gráfica	0,02	0,01	0,01	0,01
30) Diversas	0,01	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1,00	1,55	1,00	1,00

Fonte: Censo Industrial Espírito Santo - 70-75-80

Elaboração SOMEA dos dados da pesquisa IDEIES - 1984

*Estima SOMEA e IJSN com elaboração dos dados da pesquisa IDEIES

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NA RENDA ESTADUAL - 1985

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO NA RENDA ES TADUAL (%)
Cia. Siderúrgica de Tubarão	11,7
Cia. Vale do Rio Doce e Associadas	7,1
Aracruz Celulose	5,2

Fontes: BANDES - Cálculos
DADOS BÁSICOS - SOMEA - Società per la Matematica e L'Economia
Aplicatte
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

PRODUÇÃO MINERAL
ESPÍRITO SANTO - 1985

PRODUTOS	UNID.	QUANTIDADE	VALOR (US\$ 1.000)	%
A) MINERAIS METÁLICOS			276,0	1,2
Alumínio (Bauxita)	t	3.880	63,0*	
Monazita	t	323	11,0	
Titânio (Ilmenita)	t	5.315	181,0	
Titânio (Rutilo)	t	122	4,0	
Zircônio	t	500	17,0	
B) MINERAIS NÃO METÁLICOS			22.225,0	98,8
Água Mineral	l	9.073.431	478,0	
Areia	m ³	1.040.762	504,0	
Argila	t	444.112	279,0	
Calcário	t	845.401	1.272,0	
Calcita	t	29.180	40,0	
Granito	t	2.056.837	9.223,0	
Mármore	t	125.102	10.429,0	
C) ENERGÉTICOS			215.470,0	
Petróleo	m ³	1.157.696	195.659,0	
Gás Natural	m ³	184.000.000	19.811,0	
SUBTOTAL - MINERAIS (A + B)			22.501,0	100,0
TOTAL (A + B + C)			237.971,0	

Fonte: DNPM - Anuário Mineral Brasileiro - 1986

*Estimativa BANDES

INFRA-ESTRUTURA E UTILIDADES

I - CENTRO INDUSTRIAL - CIVIT

- Infra-estrutura total de apoio
- 23km de Vitória
- 6.650.000m² de área modulada, em terrenos de 1700m² a 10.000m²
- 50% disponíveis.

OBSERVAÇÃO:

Todos os dados referentes a infra-estrutura e utilidades, bem como perspectivas de investimentos, foram extraídas, na íntegra do Documento "Potencialidades do Estado do Espírito Santo", de autoria do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - 1987.

II - FATORES ENERGÉTICOS: 1987

1. Energia Elétrica

Capacidade Instalada (Mw/ano):

- Sistema ESCELSA	190
- Furnas	680
- CEMIG	<u>150</u>
TOTAL	1.020
Utilização Atual	569
Excedente	432

2. Gás Natural (milhões de m³) - Ano: 1986

Reservas: 1.171,0 (*)

Produção: 178,7 (**)

(*)2% da Reserva Nacional

(**)3% da Produção Nacional

OBS.: 200km de gasoduto com fornecimento de 300.000Nm³/dia.

3. Outros Fatores Energéticos:

- Álcool Carburante:
 - . Capacidade de Produção: 180.000m³/ano
- Subprodutos:
 - . Bagaço de cana e vinhoto
- Turfa:
 - . Reserva estimada: 1 bilhão de t.

III - TRANSPORTES: 1987

1. Rodoviário:

- Malha Rodoviária: 5.460km
 - . Rodovias Federais: 1530km
 - . Rodovias Estaduais: 3950km
- Principais Rodovias:
 - . BR-101: Corta o Estado no sentido longitudinal
 - . BR-262: Corta o Estado no sentido transversal
 - . Rodovia do Sol: Estrada litorânea - turística

2. Ferroviário:

- A - Estrada de Ferro Vitória a Minas (Cia. Vale do Rio Doce)
 - Capacidade: 140 milhões de t/ano
 - Ligação: Vitória-Itabira (MG), servindo ao corredor de exportação Goiás - Minas - Espírito Santo

B - Estrada de Ferro Leopoldina (Rede Ferroviária Federal S/A

→ Carga transportada

- 1986: 87 milhões de t.

- 1987: 140 milhões de t (previsão)

- Ligação Vitória - Rio de Janeiro

3. Marítimo:

- Complexo Portuário do Espírito Santo:

A - Sistema Portuário Vitória - Capuaba: atende ao corredor de transporte Goiás - Minas - Espírito Santo
Movimenta praticamente todos os tipos de carga.

Dispõe de silo para armazenar até 30.000t de grãos

Recebe navios de até 60.000 tdw.

B - Porto de Tubarão (Cia. Vale do Rio Doce)

Movimenta minério de ferro em grãos e pelletes (até 30.000 t/h), além de derivados de petróleo.

Recebe navios de até 30.000 tdw.

C - Porto de Praia Mole (Cia. Siderúrgica de Tubarão e Siderúrgicas Minerais)

Capacitado a desembargar até 8 milhões de t/ano de carvão e a embarcar até 4,5 milhões de t/ano de produtos siderúrgicos.

D - Porto de Regência - Linhares (Petrobrás):

Movimenta o petróleo extraído no Estado.

Dispõe de capacidade de armazenagem para 36.000 t.

Recebe petroleiros de até 30.000 tdw.

E - Porto de Barra do Riacho (Aracruz Celulose S/A):

Movimenta celulose e sal para a Aracruz Celulose e a
Cenibra (MG).

Atende navios de até 70.000 tdw.

F - Porto de Ponta de Ubu (Samarco Mineração S/A):

Capacitado a movimentar até 7 milhões de t/ano de grãos
e pellets de minério de ferro.

OBSERVAÇÃO: Possibilidade de aproveitamento da capacidade potencial dos portos para cargas mistas.

INFRA-ESTRUTURA E UTILIDADES - CONTINUAÇÃO

SISTEMA PORTUÁRIO DO ESPÍRITO SANTO
NÚMERO DE NAVIOS ATRACADOS

TIPO DE NAVIO	LONGO CURSO		CABOTAGEM		TOTAL	
	1986 ANO	1987 1º SEM.	1986 ANO	1987 1º SEM.	1986 ANO	1987 1º SEM.
Convencional	317	159	43	16	360	175
Graneleiro	993	451	174	101	1.167	552
Petroleiros	1	-	160	94	161	94
Roll-On/Roll-Of	19	7	63	23	82	30
Porta-Conteineres	17	21	-	-	17	21
Outros	3	1	96	22	99	23
TOTAL	1.350	636	536	256	1.886	895

Fonte: CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo S/A.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS

VETORES DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

- I - Cia. Siderúrgica de Tubarão - CST
- II - Aracruz Celulose S/A
- III - Cia. Vale do Rio Doce - CVRD
- IV - Petrobrás
- V - Corredor de Exportação Goiás - Minas Gerais - Espírito Santo
- VI - Potencial Turístico
- VII - Agricultura
- VIII - Agroindústria
- IX - Produtos Alimentares
- X - Segmentos Industriais de Tecnologia de Ponta
- XI - Reservas Minerais

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

OPORTUNIDADES A MONTANIE DA CST

INSUMOS	QUANTIDADE MÉDIA MENSAL (PRELIMINAR) (t)		ORIGEM (%)	
	ATUAL	FUTURA	ESPIRITO SANTO	OUTROS ESTADOS
1. Manganês	5.000	10.000	-	100
2. Calcário	80.000	160.000	5	95
3. Quartzo	10	20	100	-
4. Refratários	-	100
5. Sulfato de Alumínio	-	100
6. Dolomita	6.800	13.600	-	-
7. Ferro-Ligas				
- Ferro-Silício	300	600	-	100
- Ferro-Manganês	1.380	2.760	-	100

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

C.S.T.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO

SERVIÇO	DEMANDA TOTAL Hh/ANO
Fundição	51.327
Caldeiraria	22.737
Usinagem	13.162
TOTAL	87.226

OBSERVAÇÕES:

1. Serão acrescentadas, após concluídas os levantamentos em curso no BANDES, a demanda de serviços e peças da CVRD, Aracruz Celulose, COFAVI, Complexo Portuário, etc.
2. O estudo incluirá detalhes e especificações técnicas dos serviços e peças demandados.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

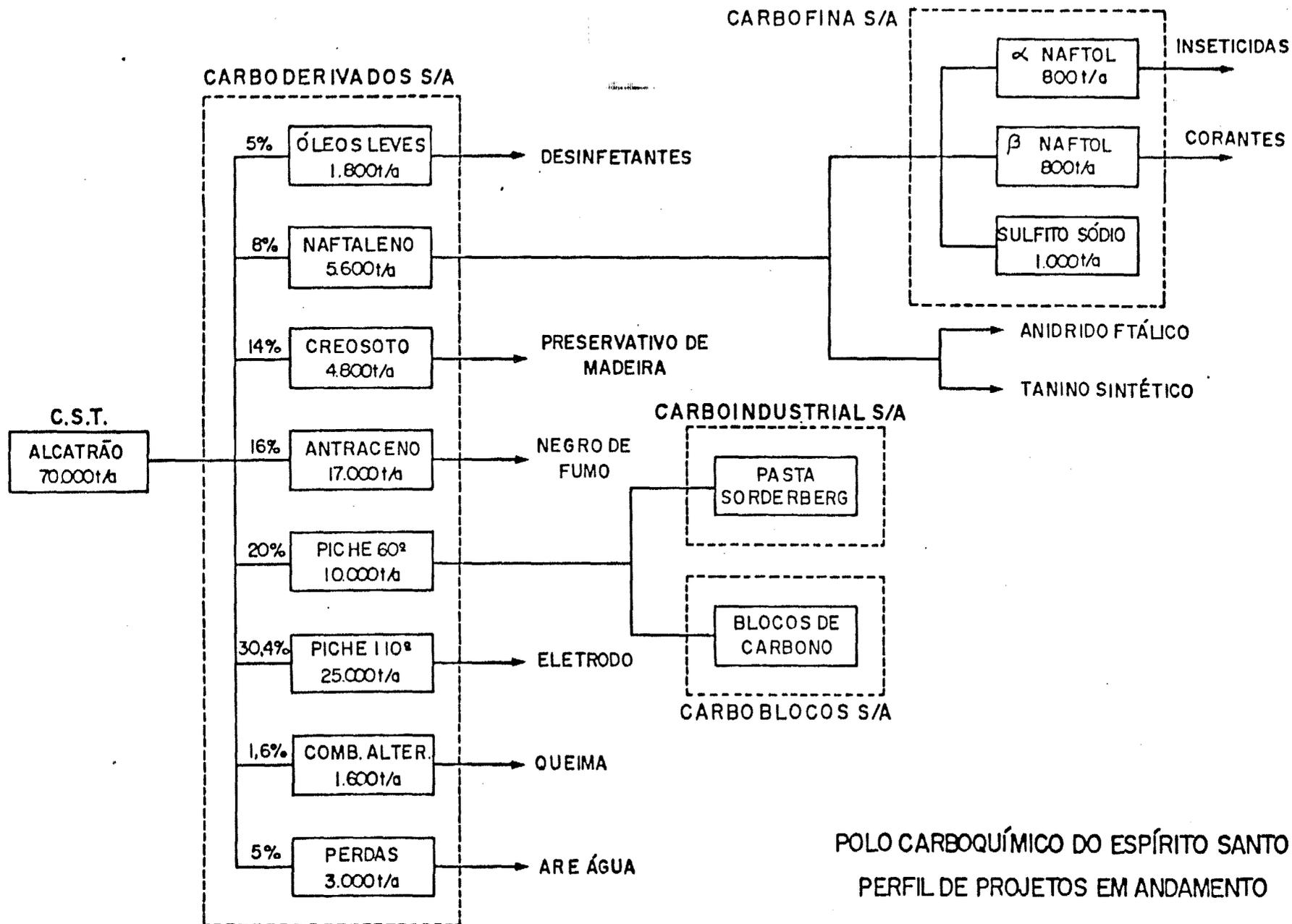
OPORTUNIDADES A JUSANTE DA CST

SUBPRODUTO	QUANTIDADE MENSAL (t)	
	ATUAL	FUTURA
Alcatrão	5.831	11.662
Escória do Alto Forno	-	-
. Granulada	62.129	124.258
. Bruta	15.532	31.064
Lama do Alto Forno	3.184	6.368
Lama Aciaria	7.358	14.716
Pré-cal	3.552	7.104
Escória de Aciaria	25.870	51.740
Pó de CDQ*	1.122	2.244
Pó de Tratamento	1.045	2.090
Licor Amoniacal	3.600	7.200

*CDQ - Coke Dry Quench
(Coque resfriado a seco)

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS

CONTINUAÇÃO



PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

ARACRUZ CELULOSE - QUADRO DE INSUMOS - PRODUTOS

DISCRIMINAÇÃO	ORIGEM (%)	
	ESPÍRITO SANTO	OUTROS ESTADOS/ EXTERIOR
A - INSUMOS		
. Fertilizantes	-	100
. Ácido Sulfúrico	-	100
. Sulfato de Alumínio	-	100
. Soda Cáustica	100	-
B - PRODUTOS		
. Celulose Branqueada	100	-
C - SUBPRODUTO(S)		
. Resíduos de Celulose	100	-
D - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS*

*Em levantamento.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

CORREDOR DE EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO GOIÁS - MINAS - ESPÍRITO SANTO

MERCADORIA MOVIMENTADA	OPORTUNIDADES
1. Soja e outros grãos	Unidades de industrialização para exportação
2. Rochas Fosfáticas	Indústria de fertilizantes fosfatados - Mercado interno e exportação
3. Enxofre	Unidade de produção de ácido sulfúrico
4. Fertilizantes	Unidade de produção integrada a "2"
5. Látex/gomas vegetais	Unidade de beneficiamento, com aproveitamento da produção local
6. Máquinas e implementos agrícolas e industriais	Unidade de produção

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS - CONTINUAÇÃO

AGRICULTURA (SEGMENTOS)

I - CULTURAS

- . Grãos
- . Especiarias (pimenta-do-reino, cravo da Índia, etc.)
- . Culturas exóticas (macadâmia, urucum, etc.)
- . Fruticultura de clima temperado (maçã, uva, pera, etc.)
- . Seringueiras

II - INSUMOS MODERNOS

- . Fertilizantes
- . Corretivos
- . Rações
- . Produtos Veterinários

III - MECANIZAÇÃO

- . Máquinas e implementos agrícolas

IV - BIOTECNOLOGIA

- . Melhoria genética e desenvolvimento de novos plantéis de grande e pequeno portes
- . Desenvolvimento de culturas mais resistentes e de maior produtividade
- . Sementes selecionadas
- . Sêmen animal para inseminação artificial

V - INFRA-ESTRUTURA

- . Eletrificação rural
- . Telefonia rural
- . Estradas vicinais
- . Outros itens

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

RESERVAS MINERAIS DO ESPÍRITO SANTO

MINERAL	RESERVA MEDIDA EM 1985 (1.000t)	PARTICIPAÇÃO NA RESERVA NACIONAL (%)	POSIÇÃO "RANKING" NACIONAL	LOCALIZAÇÃO/MUNICÍPIO
Terras raras*	4	1,2	4	Aracruz, Guarapari
Calcita	30.430	39,3	2	Cachoeiro de Itapemirim
Monazita	4	25,9	2	Aracruz, Guarapari
Mármore	112.347	31,0	2	Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Itapemirim
Granito	27.913	2,4	6	Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e outros
Dolomita	68.000	6,2	5	Cachoeiro de Itapemirim
Manganês	2.207	3,2	6	Guaçui
Calcário	446.134	1,2	14	Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Alegre, Colatina, Baixo Guandu e outros
Titânio (ilmenita)	48	1,6	3	Aracruz, Guarapari
Feldspato	74	0,5	8	Cachoeiro de Itapemirim. Mimoso do Sul, Muqui
Argila	10.864	0,7	14	Cachoeiro de Itapemirim, Santa Teresa, Serra
Conchas Calcárias	689	0,63	6	Guarapari
Areia	2.913	0,47	9	Cachoeiro de Itapemirim
Bauxita	567	0,03	7	Mimoso do Sul
Zircônio	6	0,01	5	Aracruz, Guarapari
Caulim	75	0,01	15	Mimoso do Sul, Muqui

FONTE: DNPM - Anuário Mineral Brasileiro - 1986 - Dados Básicos
 BANDES - ELABORAÇÃO
 *Cério, Disprósito, Latânio, etc.

O ESPÍRITO SANTO NO CONTEXTO ECONÔMICO

RESERVAS MINERAIS DO ESPÍRITO SANTO

OBSERVAÇÃO:

Recentemente foi descoberta jazida de sal-gema no Norte do Estado, esti
mada em 10 bilhões de toneladas (a maior da América Latina).

O Estado já acompanha os estudos para aproveitamento do produto, avali
do inclusive a possibilidade de implantação de um polo "CLOROQUÍMICO".

Há indícios de ocorrência de enxofre no mesmo segmento mineral.

II - POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO ESTADUAL

De maneira sintética podemos definir assim as nossas prioridades:

- . estimular o crescimento econômico, dentro de uma perspectiva de expansão das oportunidades de emprego, melhoria na distribuição da renda, aumento da receita tributária estadual e preservação do meio ambiente;
- . consolidar a posição do Estado do Espírito Santo como grande produtor nas áreas de siderurgia, celulose e de prestador de serviços portuários através do Corredor de Exportação;
- . incentivar a implantação de novas unidades produtivas abrindo espaço para o empresariado local;
- . diversificar a produção agrícola, ampliando e/ou criando mecanismos especiais de apoio ao pequeno produtor rural;
- . realizar a reforma agrária dentro do plano nacional, integrando as ações a nível federal, estadual e municipal;
- . exercer a competência reguladora do Estado nas atividades econômicas, especialmente aquelas relativas às políticas de uso do espaço urbano, meio ambiente, habitação e transporte coletivo;
- . reorientar a política fiscal e do sistema financeiro de apoio ao setor privado, privilegiando aquelas iniciativas que mais contribuam para o encaminhamento das questões de fundo social;
- . propiciar abertura para que a sociedade possa controlar as ações governamentais, tornando transparente e intensas as relações administrativas financeiras e os cidadãos capixabas, a fim de ampliar a participação

- cipação democrática da sociedade na determinação e controle da gestão financeira do Estado;
- . melhorar os serviços básicos de saúde, educação, segurança e justiça promovendo, principalmente no que diz respeito à saúde, maior integração União/Estado e Município através do Plano Integrado de Saúde;
 - . instituir um programa especial de apoio integral à criança, mediante ação integrada das Secretarias de Estado da Educação e Cultura, da Ação Social e da Saúde;
 - . promover uma reformulação metodológica profunda nos critérios de distribuição e de aplicação de recursos orçamentários, a partir de um enfoque de planejamento mais programático que possa intervir e transformar a nossa realidade;
 - . melhorar e ordenar o Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória, através do Programa de Aglomerado Urbano da Grande Vitória - AGEURB;
 - . priorizar e incentivar programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia;
 - . modernizar a estrutura funcional do Estado, intensificando e acelerando o processo de utilização da informática na administração direta do Estado, especialmente na área das finanças públicas, através do aprimoramento do Caixa Único do Estado;
 - . melhorar os direcionamentos da problemática da moradia no Estado, voltada para a população de baixa renda;
 - . intensificar o Programa de Eletrificação Rural, tendo como meta a cobertura de 80% da área estadual.

Pelo que foi demonstrado o processo de industrialização do Espírito Santo, como fenômeno dinâmico e de tendências bem definidas, é muito recente, tendo sido retardado historicamente em razão de determinadas carências de infra-estruturas básicas.

A solução de alguns problemas de infra-estrutura, destacando-se os de energia elétrica e de transportes, na década de sessenta, permitiu que estabelecessem condições fundamentais para que o processo tomasse impulso. Entretanto, o surgimento dos complexos portuário, siderúrgico e paraquímico, fez com que houvesse, também, uma demanda nova de infra-estrutura econômica e social, muito além da capacidade financeira do Estado.

Torna-se importante ressaltar que parcela significativa da produção industrial gerada pelos referidos complexos, destina-se à exportação em sua quase totalidade, deixando para o erário público estadual parcela pouco representativa de contribuição direta sob a forma de tributos, apesar de sua relevante importância para o incremento da renda interna.

Esperamos contar, também, com recursos advindos de operações de crédito pleiteadas ao Ministério da Fazenda junto ao Fundo NAKASONE e Fundo Itália, considerando-se que já se desenvolveram no Estado importantes projetos decorrentes do consórcio entre os Governos Japonês e Brasileiro e Italiano e Brasileiro.

Esses recursos serão de fundamental importância neste momento em que desponta, no Espírito Santo, o limiar de um novo ciclo de desenvolvimento industrial, capitaneado pela duplicação da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST (de 3 para 6,2 milhões de toneladas/ano), da Aracruz Celulose S/A (de 500 mil para 1 milhão de toneladas/ano) e implantação do Projeto da Bahia Sul (Associação da CVRD com o Grupo Suzano) para produzir 420.000 toneladas de celulose no Sul da Bahia, pelo potencial da grande reserva de sal-gema localizada no Norte do Estado e das reservas de petróleo e gás natural. Consequentemente, inúmeros outros

projetos de grande porte serão aqui implantados, exigindo do Governo Estadual novos, prévios e substanciais investimentos em infra-estrutura por eles demandados, trazendo sérias dificuldades de atendimento, considerando-se a já estrangulada capacidade financeira do Estado.

Diante do panorama econômico e social do Espírito Santo que acabamos de projetar, e mergulhados no processo democrático em que caminha o país, do qual somos parte e também agente, o nosso governo se vê na contingência de esmerar-se no cumprimento de um programa de ação voltado para os próximos anos; um programa de ação pautado no desejo de alcançar o nosso grande objetivo, qual seja, de fortalecer e expandir a economia estadual, em um clima de liberdade de produção e consumo que não dê lugar à correção social mas que assegure, antes, o respeito ao homem enquanto se é cidadão. Para isso, lutamos com todas as forças, por acreditarmos só ser possível dominar tal situação em um estado intervencionista democrático, onde a transparência das ações possa ser cercada pelo moral social.

III - SITUAÇÃO ECONÔMICA DE 1989

ARRECAÇÃO DO ICM E COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR (PREÇOS CORRENTES)

MÊS	ANO	NCz\$ 1.000,00	
		1988	1989
. Janeiro		1.263	18.326
. Fevereiro		1.364	22.504
. Março		1.380	30.552
. Abril		1.690	30.426
. Maio		1.989	42.999
. Junho		2.757	50.100
. Julho		3.122	66.310
. Agosto		4.705	88.436
. Setembro		4.688	117.262
. Outubro		6.378	166.451
. Novembro		7.516	231.200*
. Dezembro		9.655	345.000*
TOTAL		46.507	1.209.566*

Dados: Balancete Mensal da Receita da SEFA de 1989 e
Mapa de Arrecadação da SEFA de 1988.

*Previsão da SEFA.

ARRECAÇÃO DO ICM E COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR
(PREÇOS DE JANEIRO/88)

MÊS	ANO	NCz\$ 1.000,00		
		1988	1989	VARIAÇÃO DE 89/88
. Janeiro		1.263	1.773	40,38
. Fevereiro		795	1.279	60,88
. Março		1.004	1.676	66,93
. Abril		1.060	1.573	48,40
. Maio		1.046	2.071	97,99
. Junho		1.231	2.195	78,31
. Julho		1.166	2.328	99,66
. Agosto		1.417	2.411	70,15
. Setembro		1.170	2.472	111,28
. Outubro		1.284	2.581	101,01
. Novembro		1.189	2.605*	119,09
. Dezembro		1.203	2.757*	129,18
TOTAL		13.828	25.721*	86,01

*Previsão da SEFA.

Vitória,

MENSAGEM Nº

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação des-
sa Augusta Assembléia Legislativa, a proposta orçamentária do Estado
para o exercício financeiro de 1990, elaborada em consonância com os
preceitos legais que regem a matéria e no prazo estabelecido pela Cons-
tituição Estadual.

1. DISCRIMINAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA:

A presente proposta orçamentária estima a Receita
Global do Estado em NCz\$ 29.187 milhões, sendo que NCz\$ 28.682 mi-
lhões referem-se a recursos do Tesouro Estadual, cuja distribuição
por fonte é a seguinte:

1.1 QUADRO SINTÉTICO DAS RECEITAS:

	VALOR	%
	NCz\$ 1.000,00	SOBRE/TOTAL
RECEITAS	<u>28.682.466</u>	<u>100,0</u>
RECEITAS PRÓPRIAS	16.949.900	59,1
ICM Estado	9.644.100	33,6
ICM Municípios	3.447.000	12,0
ICM Incentivos	993.500	3,5
OUTRAS (Incl. IPVA Municípios)	2.865.300	10,0
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	2.718.289	9,5
CONVÊNIOS	4.496.660	15,7
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.517.617	15,7

MENSAGEM Nº

.. ..

Para estimativa da Receita utilizou-se os seguintes parâmetros:

- . Inflação média mensal de 30% para o período Agosto a Dezembro de 1989.
- . Inflação média mensal de 20% para o exercício de 1990.
- . Incremento real de 5% na receita de ICMS do Estado em relação ao exercício de 1989.
- . Ganho com a implantação plena da Reforma Tributária de 12%.

A Receita Própria constituída das Receitas Tributárias, Patrimoniais, Alienação de Bens, Outras Correntes e de Capital, inclusive transferência do imposto de Renda retido na Fonte, constitui a principal fonte de recursos do Tesouro, com destaque para o ICMS estimado em NCz\$ 14.084 milhões, que representa 83,1% do total da Receita Própria. Deste imposto, NCz\$ 3.447 milhões, deverão ser transferidos para os Municípios e NCz\$ 993 milhões, para Incentivos Fiscais.

No item Outras Receitas, a parcela do IPVA destinada aos Municípios está estimada em NCz\$ 99 milhões.

Nas Transferências Federais estão a Cota Parte do FPE, a Cota Parte da Contribuição do Salário Educação, a Receita de Indexação pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás, a Cota Parte do IPI (inclusive a parcela Transferida a Municípios) e Recursos a Captar que somados representam 9,5%, do total da Receita do tesouro.

No item Convênio, o destaque é para o SUOS estimado em NCz\$ 1.698 milhões.

A Receita de Operações de Crédito estimada em NCz\$ 4.517 milhões representa 15,7% do total da Receita do Tesouro.

MENSAGEM Nº

À Despesa Global do Estado foi fixada em NCz\$ 29.187 milhões, sendo que NCz\$ 28.682 milhões referem-se a Despesas que serão financiadas com recursos do Tesouro Estadual, cuja distribuição por grandes ítems, é a seguinte:

1.2 QUADRO SINTÉTICO DAS DESPESAS POR GRANDES ÍTEMS:

	VALOR NCz\$ 1.000,00	% SOBRE/TOTAL
DESPESAS	28.682.466	100,0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.457.567	29,5
SERVIÇO DA DÍVIDA	4.171.653	14,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.233.073	11,3
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	7.783.373	27,1
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	3.593.300	12,5
TRANSFERÊNCIAS DE INCENTIVOS FISCAIS	993.500	3,5
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000	1,6

O dispêndio com Pessoal e Encargos Sociais da Administração Direta e Indireta, incluindo os Inativos e Pensionistas, além do PASEP, estimado em NCz\$ 8.457 milhões representa 50,9 % do total das receitas Correntes, deduzidas as Transferências Constitucionais a Municípios.

Os juros e encargos da dívida estimados em NCz\$ 1.251 milhões, representam 30% do total do Serviço da Dívida.

Nas outras Despesas Correntes estão consideradas basicamente aquelas de manutenção da máquina administrativa.

Nas Outras Despesas de Capital estão incluídas além das Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras, as Transferências para Órgãos da Administração Indireta, classificadas como Transferências de Capital.

MENSAGEM Nº

Por Funções de Governo, as Despesas Financiadas com recursos do tesouro Estadual, apresentam a seguinte especificação:

1.3 QUADRO SINTÉTICO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

	VALOR NCz\$ 1.000,00	% SOBRE/TOTAL
LEGISLATIVA	521.515	1,8
JUDICIÁRIA	1.238.910	4,3
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.354.130	22,2
AGRICULTURA	590.869	2,1
COMUNICAÇÕES	88.783	0,3
SEGURANÇA PÚBLICA	1.215.285	4,2
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4.021.165	14,0
EDUCAÇÃO E CULTURA	4.584.180	16,0
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	376.416	1,3
HABITAÇÃO E URBANISMO	247.000	0,9
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	22.084	0,1
SAÚDE E SANEAMENTO	5.514.680	19,2
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA (INCL. TRABALHO)	1.375.157	4,8
TRANSPORTE	2.082.292	7,2
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000	1,6
TOTAL	28.682.466	100,0

Na Função Administração e Planejamento estão alocadas as Despesas com Inativos e Pensionistas, Incentivos ao Setor Privado através do FUNDAP e Serviço da Dívida estimadas em NCz\$ 5.730 milhões, que representam 20,0% do total da Despesa do Tesouro.

MENSAGEM Nº

Na Função Desenvolvimento Regional estão incluídas as Transferências Constitucionais a Municípios e o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo que perfazem um total de NCz\$ 4.018 milhões.

Da Despesa prevista na Função Educação e Cultura está assegurado o mínimo de 25% da receita resultante de impostos, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, em atendimento ao disposto na Constituição Federal.

2. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS:

A proposta orçamentária que ora submetemos à elevada consideração da Egrégia Assembléia Legislativa representa o primeiro instrumento de execução dos recursos orçamentários do Estado que foi elaborado e montado em consonância com o novo quadro institucional do País, já sob a égide das disposições constitucionais federais e dentro das definições adicionais e complementares que foram estabelecidas pela Assembléia Estadual Constituinte, cujo trabalho será promulgado dentro de breves dias.

Este novo quadro de referências de elaboração orçamentária, ainda que estruturado em caráter preliminar e estimativo, de vez que ainda não se consolidaram todas as implicações de natureza financeira, tanto no que tange à estimativa da receita, como no que se refere à fixação das despesas, já procurou manifestar uma necessária adequação aos ditames constitucionais, fato que irá facilitar futuras correções ao longo do exercício orçamentário, tendo em vista as disposições complementares ao texto constitucional que deverão ocorrer.

É importante que se observe, desde já, que a discriminação das aplicações dos recursos disponíveis, por funções de Governo, constante do item 1.3 desta Mensagem, reflete a ênfase constitucional com relação aos projetos de natureza social, daí a preponderância de recursos nas áreas de Educação e Cultura (16%), Saúde e Saneamento (19,2%), Assistência e Previdência (4,8%), Transporte (7,2%), Segurança Pública (4,2%), Agricultura (2,1%). Também não deixou de ser

MENSAGEM Nº

contemplada a importante função de promoção do desenvolvimento econômico, através de incentivos ao setor privado (FUNDAP) e (FUNRES), cujos recursos estão embutidos dentro da rubrica geral de Administração e Planejamento (22,2%).

Como se vê, reedita-se para o próximo Orçamento Estadual a mesma preocupação do atual Governo em privilegiar o atendimento das necessidades essenciais da população, configurado no elenco de funções enumeradas. Esta configuração, sem dúvida alguma, coincide com as prioridades de Governo, já adotadas para o corrente ano e que são de conhecimento geral, visto que foram estabelecidas e estritamente observadas desde o início do atual Governo, em consonância com os compromissos firmados com base nas reivindicações e necessidades identificadas nos diversos mecanismos de consulta e participação popular adotados.

Não se pode deixar de ressaltar o fato, um tanto preocupante, de que as disposições constitucionais federais, somadas aos dispositivos constitucionais estaduais, indicam uma sobrecarga de despesas, especialmente com os direitos e vantagens para o funcionalismo, que tende a comprometer uma parcela substancial dos recursos disponíveis, previsivelmente bem acima dos limites constitucionais, os quais conseqüentemente, terão que ser adequados ao longo do período constitucional previsto. Esta pressão das despesas de pessoal, que ainda não estão complementamente identificadas porquanto dependem de estruturação de providências como o regime único do funcionalismo, os estudos de isonomia de vencimentos e as novas estruturas de cargos e salários, todas elas decorrentes de dispositivos constitucionais, vai iniciar um processo de permanente interação entre os três Poderes do Governo do Estado, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, de modo a poder compatibilizar as crescentes expectativas do funcionalismo e, também, da população, com respeito às disponibilidades de recursos.

MENSAGEM Nº

“ ”

Dentro dessa nova realidade que vai se inaugurar, importa, acima de tudo, que haja uma necessária articulação entre os três Poderes para que se possa administrar essas dificuldades e, assim, fazer do Orçamento do Estado um instrumento de atendimento às necessidades do povo, tanto do ponto de vista social como sob o aspecto do desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

Confiante na elevada competência e no alto espírito de compreensão dessa nobre Assembléia Legislativa, no exame da presente proposta, valho-me do ensejo para apresentar-lhes os protestos de elevada estima e superior consideração.

Respeitosas Saudações,

MAX FREITAS MAURO
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

PROJETO DE LEI

O Governador do Estado do Espírito Santo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1990, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Estadual e de Outras Fontes das entidades da Administração Indireta do Poder Público, estima a Receita em NCZ\$ 29.187.061.925,00 (vinte e nove bilhões, cento e oitenta e sete milhões, sessenta e um mil e novecentos e vinte cinco cruzados novos), e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º - A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, no forma da legislação vigente, relacionadas as do Tesouro, no Anexo I, com o seguinte desdobramento:

	NCZ\$ 1,00
1 - RECEITAS DO TESOURO	28.682.466.000
1.1 - Receitas Correntes	20.231.078.000
Receita Tributária	14.444.100.000
Receita de Contribuições	17.000.000
Receita Patrimonial	1.983.800.000
Receita Agropecuária	2.000.000
Receita de Serviços	1.000.000
Transferências Correntes	3.479.578.000
Outras Receitas Correntes	303.600.000
1.2 - Receitas de Capital	8.451.388.000
Operações de Crédito	4.517.617.000
Alienação de Bens	400.000
Amortização de Empréstimos	500.000
Transferências de Capital	3.722.271.000
Outras Receitas de Capital	210.600.000

2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO PODER PÚBLICO (Exclusive Transferências do Tesouro)	504.595.925
2.1 - Receitas Correntes	394.917.925
2.2 - Receitas de Capital	109.678.000
TOTAL GERAL	29.187.061.925

Art. 39 - A despesa fixada, à conta de recursos do Tesouro, observará a programação constante dos Anexos II e III, especificada por Poderes e Órgãos, com a seguinte distribuição:

	NCZ\$ 1,00
1 - PODER LEGISLATIVO	<u>521.515.000</u>
Assembleia Legislativa	404.864.000
Tribunal de Contas	116.651.000
2 - PODER JUDICIÁRIO	<u>799.758.000</u>
Tribunal de Justiça	785.025.000
Corregedoria Geral da Justiça	14.733.000
3 - PODER EXECUTIVO	<u>26.911.193.000</u>
Governadoria do Estado	548.154.000
Procuradoria Geral do Estado	33.175.000
Procuradoria Geral da Justiça	95.904.000
Vice-Governadoria do Estado	2.772.840
Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	210.716.000
Secretaria de Estado da Fazenda	830.071.000
Secretaria de Estado da Agricultura	571.541.160
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia	26.616.000
Secretaria de Estado do Interior	1.676.190.000
Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas	2.357.222.000
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	4.579.295.700
Secretaria de Estado da Justiça	310.073.400
Secretaria de Estado da Saúde	4.494.745.400

Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.214.790.000
Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social	213.755.500
Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente	104.324.000
Encargos Gerais do Estado	9.641.847.000
RESERVA DE CONTINGENCIA	450.000.000
TOTAL	28.682.466.000

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessãrias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operações de crédito por antecipação da receita, de acordo com as novas disposições constitucionais, Resolução do Senado Federal e Legislação vigente.

Art. 5º - Os orçamentos próprios das entidades da Administração Indireta do Poder Público Estadual (Autarquia e Empresas Públicas), e os Planos de Aplicação dos Fundos, que integram esta Lei, serão aprovados pelo Poder Executivo, através da Coordenação Estadual do Planejamento, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único - Os orçamentos, de que trata o caput deste artigo, deverão apresentar a mesma forma do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) sobre o total da despesa fixada nesta Lei, para reforço de dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos a definida no Parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias necessãrias para fins de adequações às novas disposições constitucionais, legislações complementares e ordinãrias delas decorrentes.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito no país e no exterior, até o limite de NCZ\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de cruzados novos) destinados ao refinanciamento de operações contratadas junto ao Banco do Brasil S.A. ao amparo do AVISO MF 009 e assemelhados e do serviço da dívida externa vencível em 1990.

Parágrafo Único - Na contratação de crédito no país, poderá o Poder Executivo, de acordo com as normas legais aplicáveis, estipular como garantia subsidiária, a vinculação de recursos referentes à cota estadual do Fundo de Participação do Estado e ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, e s/ Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1990.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

RESUMO GERAL DA RECEITA

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESODORAMENTO	FONTE	CAT ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			28.231.078.000,00
1100.00.00	RECEITA TRIBUTARIA			16.666.100.000,00
1110.00.00	IMPOSTOS		16.602.800.000,00	
1112.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		318.200.000,00	
1112.04.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL	25.600.000,00		
1112.04.04	ADICIONAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA-PESSOAS FISICAS E JURIDICAS	25.600.000,00		
1112.05.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	198.000.000,00		
1112.07.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "CAUSA MORTIS" E DOACAO DE BENS E DIREITOS	34.600.000,00		
1113.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO		16.084.600.000,00	
1113.02.00	IMP. S/ OP. REL. A CIRC. DE MERC. E S/ PREST. DE SERV. DE TRANSP. INTEREST. E INTERNUN. E DE COMUNIC.	16.084.600.000,00		
1120.00.00	TAXAS		41.300.000,00	
1121.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA		2.000.000,00	
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICIOS		39.300.000,00	
1122.01.00	ENOLUMENTOS DA JUSTICA	1.000.000,00		
1122.02.00	TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVICIOS DIVERSOS	23.500.000,00		
1122.03.00	TAXA JUDICIARIA	14.800.000,00		
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES			17.000.000,00
1220.00.00	CONTRIBUICOES ECONOMICAS		17.000.000,00	
1220.99.00	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	17.000.000,00		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			1.983.730.000,00
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		1.500.000,00	
1311.00.00	ALUGUEIS		1.000.000,00	
1312.00.00	ARRENDAMENTOS		500.000,00	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.977.300.000,00	
1321.00.00	JURDS DE TITULOS DE RENDA		1.957.300.000,00	
1322.00.00	DIVIDENDOS		20.000.000,00	
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		5.000.000,00	
1400.00.00	RECEITA AGROPECUARIA			2.000.000,00
1400.00.00	RECEITA DE SERVICIOS			1.000.000,00
1400.02.00	SERVICIOS FINANCEIROS	1.000.000,00		
1400.02.01	JURDS DE EMPRESTIMOS	1.000.000,00		
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES			1.679.578.000,00
1720.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.680.254.000,00	
1721.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO		1.680.254.000,00	
1721.01.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	1.635.296.000,00		
1721.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.252.000.000,00		

RESUMO GERAL DA RECEITA

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FORTE	CAT ECONOMICA
1721.01.04	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES (ART. 157-I E ART. 154-I DA CONST. FEDERAL)	196.900.000,00		
1721.01.12	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES DE PROD. INDUSTRIALIZADOS	189.000.000,00		
1721.01.30	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALA RIO EDUCACAO	197.396.000,00		
1721.09.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	66.958.000,00		
1721.09.02	RECURSOS A CAPTAR	66.958.000,00		
1760.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		1.399.326.000,00	
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			303.602.000,00
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORR.		132.000.000,00	
1920.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		56.600.000,00	
1930.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		36.000.000,00	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS		61.000.000,00	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			9.451.318.000,00
2100.00.00	OPERACOES DE CREDITO			6.517.617.000,00
2200.00.00	ALIENACOES DE BENS			430.000,00
2210.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS		100.000,00	
2220.00.00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS		300.000,00	
2300.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS			500.000,00
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			1.722.271.000,00
2420.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		824.935.000,00	
2421.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO		824.935.000,00	
2421.01.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	188.604.000,00		
2421.01.30	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALA RIO-EDUCACAO	188.604.000,00		
2421.09.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	636.331.000,00		
2421.09.02	RECURSOS A CAPTAR	636.331.000,00		
2460.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		2.897.336.000,00	
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			210.670.000,00
2510.00.00	INDENIZACAO PELA EXTRACAO DO PETRO LEO, NISTO E GAS		210.000.000,00	
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS		600.000,00	

RESUMO GERAL DA DESPESA

RECURSOS DO TRUPO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CAIXA ECONOMICA
00	0.00.00			16.536.927.949.00
	DESPESAS CORRENTES			
01	0.00.00.00			7.848.892.086.00
	DESPESAS DE CUSTEIO			
01	0.00.00			3.003.441.630.00
	PESSOAL			
01	01.00.00			3.061.929.166.00
	PESSOAL CIVIL:			
01	01.01.00			
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	3.845.482.995.00		
01	01.02.00			
	DESPESAS VARIÁVEIS	96.266.251.00		
01	01.03.00			
	PESSOAL MILITAR		612.244.696.00	
01	01.02.01.00			
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	556.100.000.00		
01	01.02.02.00			
	DESPESAS VARIÁVEIS	57.144.684.00		
01	01.03.00.00			
	ORIGINAÇÕES PATRONAIS		630.248.880.00	
01	01.04.00.00			
	MATERIAL DE CONSUMO		617.379.576.00	
01	01.05.00.00			
	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		1.201.824.180.00	
01	01.03.01.00.00			
	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		37.870.778.00	
01	01.03.02.00.00			
	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS		1.164.953.402.00	
01	01.06.00.00			
	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO		625.676.700.00	
01	01.09.01.00.00			
	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS		19.509.000.00	
01	01.02.00.00			
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		606.167.700.00	
02	02.00.00.00			9.886.825.754.00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:			
02	02.01.00.00.00			3.536.873.812.00
	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			
02	02.01.01.00.00			3.434.571.812.00
	TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS			
02	02.01.01.01.00.00			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.921.128.868.00		
02	02.01.01.02.00.00			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.118.442.944.00		
02	02.01.02.00.00.00			
	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		84.654.000.00	
02	02.01.02.01.00.00			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.201.300.00		
02	02.01.02.02.00.00			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.253.000.00		
02	02.01.04.00.00.00			
	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS		12.850.000.00	
02	02.02.00.00.00.00			
	TRANSFERÊNCIAS INTERGVERNAMENTAIS		3.668.352.992.00	
02	02.03.00.00.00.00			
	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.668.352.992.00	
02	02.03.01.00.00.00			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.585.00		
02	02.03.02.00.00.00			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.415.031.00		
02	02.03.04.00.00.00			
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A MUNICÍPIOS	3.638.276.376.00		
02	02.03.00.00.00.00			
	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		11.587.321.00	
02	02.03.01.00.00.00			
	SUBVENÇÕES SOCIAIS		9.997.223.00	
02	02.03.03.00.00.00			
	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES		1.590.098.00	
02	02.03.05.00.00.00			
	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS		1.045.923.311.00	
02	02.03.05.01.00.00.00			
	INATIVOS		978.102.090.00	
02	02.03.05.02.00.00.00			
	PENSIONISTAS		12.648.000.00	
02	02.03.05.03.00.00.00			
	SALÁRIO-FAMÍLIA		44.981.499.00	
02	02.03.05.04.00.00.00			
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS		10.191.812.00	
02	02.06.00.00.00.00			
	ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA		679.653.000.00	
02	02.06.01.00.00.00.00			
	JUROS DE DÍVIDA CONTRATADA		493.850.000.00	
02	02.06.02.00.00.00.00			
	OUTROS ENCARGOS DE DÍVIDA CONTRATADA		49.803.000.00	
02	02.06.03.00.00.00.00			
	JUROS SOBRE TÍTULO DO TESOURO		19.800.000.00	
02	02.06.04.00.00.00.00			
	DESCONTOS E COMISSÕES SOBRE TÍTULOS DO TESOURO		14.600.000.00	
02	02.06.05.00.00.00.00			
	JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS		7.300.000.00	
02	02.07.00.00.00.00.00			
	ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA		494.147.000.00	

RESUMO GERAL DA DESPESA

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESEMBOLHAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA
1.7.1.00.00	JUROS DE DIVIDA CONTRATADA		619.000.000.00	
1.7.2.00.00	OUTROS ENCARGOS DE DIVIDA CONTRATADA		76.547.000.00	
1.8.0.00.00	CONTRIBUICAO PARA FORMACAO DO PATRI- MONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP		67.000.000.00	
1.9.0.00.00	DIVERSAS TRANSFERENCIAS CORRENTES		3.086.318.00	
1.9.2.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		3.086.318.00	
2.0.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			11.607.378.160.00
2.0.0.00.00	INVESTIMENTOS			6.309.002.444.00
2.0.1.00.00	OBRAS E INSTALACOES		2.232.412.433.00	
2.0.2.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		737.473.061.00	
2.0.3.00.00	INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL		730.826.000.00	
2.0.4.00.00	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS INDUSTRIAIS OU AGRICOLAS		602.643.000.00	
2.0.9.00.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS		4.647.780.00	
2.0.9.2.00.00	DESPESAS DE EXERCICIO ANTERIORES		4.647.780.00	
2.0.10.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS			639.975.073.00
2.0.10.1.00.00	AQUISICAO DE IMOVEIS		27.928.913.00	
2.0.10.2.00.00	AQUISICAO DE TITULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JA INTEGRALIZADO		10.446.380.00	
2.0.10.3.00.00	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS		22.000.000.00	
2.0.10.4.00.00	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS		372.515.000.00	
2.0.10.9.00.00	DIVERSAS INVERSOES FINANCEIRAS		2.186.780.00	
2.0.10.9.2.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		2.186.780.00	
2.0.10.10.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			6.769.510.543.00
2.0.10.10.1.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.430.130.000.00	
2.0.10.10.1.1.00.00	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL		3.249.658.000.00	
2.0.10.10.1.1.01.00	AUXILIOS PARA INVESTIMENTOS	3.114.855.720.00		
2.0.10.10.1.1.02.00	AUXILIOS PARA INVERSOES FINANCEIRAS	2.562.280.00		
2.0.10.10.1.1.03.00	AUXILIOS PARA AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	106.589.000.00		
2.0.10.10.1.1.04.00	AUXILIOS PARA AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA	22.276.000.00		
2.0.10.10.1.1.05.00	AUXILIOS PARA OUTRAS DESPESAS DE CA- PITAL	3.355.000.00		
2.0.10.10.1.3.00.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS		180.472.400.00	
2.0.10.10.1.2.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		96.510.243.00	
2.0.10.10.1.2.3.00.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS		96.510.243.00	
2.0.10.10.1.2.3.01.00	AUXILIOS PARA INVESTIMENTOS	96.240.243.00		
2.0.10.10.1.2.3.05.00	AUXILIOS PARA OUTRAS DESPESAS DE CA- PITAL	250.000.00		
2.0.10.10.1.6.00.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVA- DAS		633.140.000.00	
2.0.10.10.1.6.1.00.00	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL		7.740.000.00	
2.0.10.10.1.6.1.01.00	AUXILIOS PARA INVESTIMENTOS	7.740.000.00		

RESUMO GERAL DA DESPESA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEG. ECONOMICA
4.1.3.2.00.00	CONTRIBUICOES PARA DESPESAS DE CAPITAL		625.600.000.00	
4.1.5.0.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA		2.359.800.000.00	
4.3.5.1.00.00	AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA		869.300.000.00	
4.1.5.2.00.00	RESGATE DE TITULOS DO TESOURO		1.489.000.000.00	
4.1.5.3.00.00	CORRECOES SOBRE TITULOS DO TESOURO		2.809.300.00	
4.3.6.0.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA		432.000.300.00	
4.1.6.1.00.00	AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA		432.000.000.00	
9.0.0.0.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			650.000.000
			TOTAL	28.682.466.000

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BANDES. **Potencialidades do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1987.
- ESPÍRITO SANTO SÉCULO 21: desempenho dos setores produtivos. Vitória, 1987. 3v. (série: Níveis de Produção NPO1).
- IJSN. **Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo, 1985/2010, projeções demográficas, rede urbana, caracterização do espaço.** Vitória, 1985. 4v.
- SOCIETÀ PER LA MATEMATICA E L'ECONOMIA APPLICATE. **Diagnóstico da economia capixaba e proposta industrial.** Vitória, 1986. 618f.

